

TENSÕES INSTITUCIONAIS NO BRASIL: DESAFIOS À CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA

INSTITUTIONAL TENSIONS IN BRAZIL: CHALLENGES TO DEMOCRATIC CONSOLIDATION

TENSIONES INSTITUCIONALES EN BRASIL: DESAFÍOS PARA LA CONSOLIDACIÓN DEMOCRÁTICA

Elton Luis de Oliveira Conceição¹

Resumo

Este artigo examina as tensões institucionais entre o Executivo e o Supremo Tribunal Federal (STF) no Brasil entre 2019 e 2022, explorando os impactos desse confronto na consolidação democrática. O período foi caracterizado por uma polarização crescente e pela intensificação de ataques do Executivo ao STF, especialmente em eventos como a anulação das condenações do ex-presidente Lula, o inquérito das *fake news* e a gestão da pandemia de COVID-19. A metodologia utilizada foi qualitativa, com análise de fontes secundárias e de alguns eventos importantes que marcaram o período. Os conceitos de polarização, pluralismo e separação de poderes servem como base teórica para examinar como a narrativa populista e a retórica de deslegitimação comprometeram a cooperação interinstitucional, enfraquecendo a confiança pública no Judiciário. Ao final, constatou-se que o período em questão foi marcado por desafios à aplicação das normas democráticas e por uma crescente desconfiança nas instituições, notadamente quanto à atuação do STF, o que tem efeitos no equilíbrio de poderes no Brasil. O estudo sugere que futuras pesquisas se concentrem nas possibilidades de reestabelecimento da confiança institucional e na criação de mecanismos mais eficazes de cooperação entre os poderes, além de investigar como a recente tensão entre o Legislativo e o Judiciário podem afetar a governabilidade e a consolidação democrática no país.

Palavras-chave: democracia; polarização; instituições.

Abstract

This article examines the institutional tensions between the Executive and the Federal Supreme Court (STF) in Brazil from 2019 to 2022, analyzing the impact of these conflicts on democratic consolidation. The period was marked by increasing polarization and intensified attacks by the Executive against the STF, particularly in events such as the annulment of former president Lula's convictions, the fake news inquiry, and the management of the COVID-19 pandemic. A qualitative methodology was adopted, based on the analysis of secondary sources and selected key events during the period. Theoretical foundations include the concepts of polarization, pluralism, and separation of powers, which are used to explore how populist narratives and delegitimizing rhetoric undermined inter-institutional cooperation and eroded public trust in the judiciary. The study concludes that the period was characterized by significant challenges to the enforcement of democratic norms and a growing distrust in institutions, particularly regarding the STF, with implications for the balance of powers in Brazil. It suggests that future research focus on the prospects for restoring institutional trust and developing more effective mechanisms for cooperation among branches of government, as well as on how recent tensions between the Legislative and the Judiciary may affect governance and democratic consolidation in the country.

Keywords: democracy; polarization; institutions.

Resumen

Este artículo examina las tensiones institucionales entre el Poder Ejecutivo y el Supremo Tribunal Federal (STF) en Brasil entre 2019 y 2022, explorando los impactos de este enfrentamiento en la consolidación democrática. El período estuvo marcado por una creciente polarización y por la intensificación de los ataques del Ejecutivo al

¹ Bacharel em Ciência Política, Centro Universitário Internacional – UNINTER. Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília - DF

STF, especialmente em eventos como a anulação de las condenas del expresidente Lula, la investigación sobre las noticias falsas y la gestión de la pandemia de COVID-19. La metodología utilizada fue cualitativa, con análisis de fuentes secundarias y de algunos eventos importantes que marcaron el período. Los conceptos de polarización, pluralismo y separación de poderes sirven como base teórica para examinar cómo la narrativa populista y la retórica de deslegitimación comprometieron la cooperación interinstitucional, debilitando la confianza pública en el Poder Judicial. Al final, se constató que el período en cuestión estuvo marcado por desafíos en la aplicación de las normas democráticas y por una creciente desconfianza en las instituciones, especialmente en lo que respecta a la actuación del STF, lo que afecta el equilibrio de poderes en Brasil. El estudio sugiere que futuras investigaciones se centren en las posibilidades de restablecimiento de la confianza institucional y en la creación de mecanismos más eficaces de cooperación entre los poderes, además de investigar cómo la reciente tensión entre el Poder Legislativo y el Poder Judicial puede afectar la gobernabilidad y la consolidación democrática en el país.

Palabras clave: democracia; polarización; instituciones.

1 Introdução

Entre 2017 e 2022, o Brasil enfrentou um acirramento das tensões institucionais, com destaque para o conflito entre o Executivo e o Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2019, principalmente, esse embate se agravou, gerando instabilidade e contribuindo para o aumento da polarização política. Os ataques sucessivos ao STF deterioraram o diálogo interinstitucional. Após a eleição de 2022, as tensões deslocaram-se para o Legislativo, apontando uma mudança nas dinâmicas institucionais.

Este artigo examina como esses conflitos entre o governo federal e o STF afetaram o processo de consolidação democrática no Brasil. A pesquisa aborda as consequências dessas tensões, com ênfase na relação entre os poderes e na independência judicial, pilares que, quando comprometidos, enfraquecem o equilíbrio democrático.

A pergunta central deste estudo é: de que forma os conflitos entre o Executivo e o STF, entre 2019 e 2022, impactaram o processo de consolidação democrática? Em um contexto de aumento da polarização e de contestação da legitimidade das decisões judiciais, este tema é incontornável para a compreensão das consequências institucionais e dos riscos para a democracia no Brasil.

Baseando-se nos conceitos de polarização política e crises democráticas apresentados por Fuks e Marques (2022, p. 560-561), que analisam a radicalização no Brasil, e Moreira (2020, p. 27-34), que discute a erosão do pluralismo, o artigo contextualiza os ataques ao STF em um cenário de crescente polarização. A análise também recorre aos estudos de Juan Linz (1978, p. 25-33), que explora o colapso das normas democráticas, e de Robert Dahl (2008, p. 17-18), que discute a importância dos freios e contrapesos. A esses conceitos, soma-se o trabalho de Larry Diamond (1999, p. 65-70), cujo conceito de consolidação democrática contribui para discutir a resiliência das instituições brasileiras diante de pressões e desafios contemporâneos.

Além disso, Maciel (2022, p. 44-46) analisa a tensão entre democracia e autocracia, destacando como governos autoritários modernos utilizam instrumentos democráticos para corroer a independência judicial e a separação dos poderes. No Brasil, essa dinâmica pode ser observada nas tentativas do governo federal de enfraquecer o STF por meio de justificativas legais e constitucionais.

Este artigo, portanto, busca entender como os conflitos institucionais entre o Executivo e o STF, ocorridos entre 2019 e 2022, têm influência no processo de consolidação democrática no Brasil. A metodologia inclui a análise de eventos-chave, como as decisões sobre o ex-presidente Lula, o inquérito das *fake news* e a gestão da pandemia de covid-19, utilizando os conceitos mencionados para avaliar as implicações desses conflitos para a independência judicial e o equilíbrio institucional.

Por fim, o artigo é organizado em cinco seções: 1) a consolidação democrática e a função das instituições no Brasil; 2) o impacto da polarização política nas relações Executivo-Judiciário; 3) o pluralismo e sua erosão no espaço de negociação política; 4) a separação de poderes no sistema presidencialista; e 5) uma análise de eventos-chave, incluindo as decisões sobre Lula, o inquérito das *fake news* e a gestão da pandemia de COVID-19.

2 Desafios institucionais à consolidação democrática: polarização, pluralismo e separação de poderes no Brasil

Este capítulo analisa alguns desafios institucionais que têm marcado a consolidação democrática no Brasil contemporâneo. O exame concentra-se em três eixos interligados, polarização política, erosão do pluralismo e tensões na separação de poderes, discutidos à luz de referências conceituais e de exemplos empíricos. Nas subseções seguintes, apresento a função das instituições para a consolidação (2.1), examino as interações entre polarização e Judiciário (2.2), discuto o espaço de negociação política e pluralismo (2.3) e abordo vulnerabilidades do sistema presidencialista quanto aos freios e contrapesos (2.4). Por fim, apresento estudos de caso selecionados que exemplificam como essas dinâmicas se manifestaram na prática (2.5).

2.1 Consolidação democrática e a função das instituições no Brasil

Segundo Diamond (1999, p. 65-68), a consolidação democrática depende da aceitação das regras democráticas e da legitimidade institucional. Entre 2019 e 2022, o governo de Jair Bolsonaro adotou uma postura agressiva contra o STF, manifestada por ataques públicos e

questionamentos constantes às decisões judiciais. Em várias ocasiões, Bolsonaro acusou o STF de interferência indevida nas prerrogativas do Executivo, como na decisão que garantiu autonomia a estados e municípios para lidar com a pandemia de covid-19 (Victor, 2020). Além disso, discursos do presidente em manifestações de 7 de setembro de 2021 incluíram ameaças diretas ao STF, Bolsonaro declarou: “Dizer a vocês que qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes, esse presidente não mais cumprirá” (Behnke, 2021; G1, 2021; Human Rights Watch, 2021), intensificando a tensão institucional. Esses episódios aumentaram a pressão sobre a independência judicial e criaram instabilidades que impactaram o equilíbrio dos freios e contrapesos essenciais à democracia.

Durante esse período, o governo federal fez uso recorrente de uma retórica de confrontação, acusando o STF de ativismo judicial e de interferir nas prerrogativas do Executivo. Essa estratégia de deslegitimação, evidente em discursos públicos e manifestações de apoio ao presidente, visava fragilizar o Judiciário e garantir maior controle sobre o sistema institucional. A estratégia de confronto direto por parte do Executivo exacerbou a polarização política, colocando o STF como inimigo em discursos públicos. Isso prejudicou a cooperação interinstitucional e intensificou a crise de confiança, comprometendo ainda mais a estabilidade democrática e abrindo caminho para a tentativa de enfraquecer as bases democráticas. Embora o STF tenha atuado dentro de suas prerrogativas constitucionais, decisões como a anulação das condenações de Lula aumentaram as tensões, com setores políticos de diferentes espectros acusando a Corte de interferência indevida.

Diamond (1999) argumenta que a cultura política é fundamental para a consolidação democrática, destacando que a estabilidade de regimes democráticos raramente se firma sem um fortalecimento simultâneo dessa cultura entre os cidadãos. Em *Developing Democracy: Toward Consolidation*, ele enfatiza que uma cultura democrática sólida depende da "confiança generalizada nas instituições" e de uma visão positiva das práticas democráticas, fatores centrais para a estabilidade institucional (Diamond, 1999, p. 169). Em contextos em que predomina a desconfiança ou o ceticismo quanto à legitimidade das instituições, como no caso brasileiro, a democracia torna-se mais vulnerável a pressões, dificultando a cooperação entre os poderes e a aceitação das decisões institucionais.

Diamond também observa que, quando as instituições democráticas falham em atender às expectativas populares, ocorre uma crescente desvalorização e enfraquecimento do apoio público, agravando as crises institucionais. No Brasil, segundo ele, a qualidade democrática é percebida pela população por meio das suas interações com as instituições (Diamond, 1999, p. 177). A contínua deslegitimação de órgãos como o STF, segundo Diamond, gera um ciclo de

desconfiança pública, minando o apoio popular necessário para a resolução pacífica de conflitos políticos e comprometendo a estabilidade democrática de forma gradual e cumulativa.

2.1.1 Análise e conexões com a crise brasileira

Diamond (1999, p. 65–68), argumenta que a consolidação democrática requer a proteção das instituições contra ataques que comprometem suas funções centrais no sistema de freios e contrapesos. No Brasil, entre 2019 e 2022, o Executivo direcionou críticas sistemáticas ao STF, minando sua legitimidade e reforçando a polarização pública. Esse cenário foi alimentado não apenas por diferenças políticas, mas por uma estratégia de deslegitimação do Judiciário, que visava consolidar o poder executivo. A legitimidade do STF, elemento vital para a estabilidade democrática, foi progressivamente enfraquecida por esses ataques, que comprometeram a confiança pública e criaram um ambiente de instabilidade.

Embora o STF tenha tomado decisões polêmicas, criticadas tanto por setores de direita quanto de esquerda, as investidas do Executivo foram especialmente decisivas para a fragilização institucional e para o acirramento das tensões políticas, dificultando o processo de consolidação democrática no país.

2.2 Polarização política e seu impacto nas relações executivo-judiciário

Fuks e Marques (2022, p. 561–565) argumentam que a polarização política no Brasil desempenhou um papel central ao intensificar as tensões entre o Executivo e o Judiciário entre 2019 e 2022, particularmente na relação com o Supremo Tribunal Federal (STF). Embora a polarização tenha sido um fator relevante, há indícios de que os ataques ao STF foram além desse contexto e se integraram a uma estratégia deliberada do Executivo. A postura pública confrontacional do governo, reiterada em diversas ocasiões, sugere o uso da polarização para questionar sistematicamente a legitimidade das decisões judiciais. A retórica de deslegitimação, segundo Fuks e Marques (2022, p. 561–565), foi direcionada a figuras centrais do STF, como o ministro Alexandre de Moraes, que liderava investigações sensíveis ao governo, entre elas o inquérito das *fake news*. Essa abordagem reforçou a polarização política, ao retratar a Corte como adversária das iniciativas governamentais, intensificando o conflito interinstitucional.

Ainda segundo Fuks e Marques (2022, p. 561–565), a polarização no Brasil ultrapassa a divisão ideológica tradicional, afetando profundamente o tecido social e gerando desconfiança pública nas instituições democráticas. O ambiente polarizado dificultou a cooperação entre os poderes e, por meio de ataques diretos ao STF, o Executivo contribuiu para a percepção de que o Judiciário bloqueava ações governamentais, aprofundando a polarização. Esses ataques reiteraram uma narrativa de obstrução que foi amplamente difundida em redes sociais e pronunciamentos oficiais, minando a confiança pública no Judiciário. Como observam os autores, essa polarização extrema enfraquece o pluralismo e limita o diálogo institucional, prejudicando o funcionamento do sistema democrático brasileiro.

Linz (1978, p. 25–33) destaca que a dissolução da aceitação mútua entre os atores políticos, característica dos ambientes de polarização, compromete a cooperação entre instituições, pois estas deixam de ser vistas como mediadoras imparciais. Essa dinâmica foi evidente no Brasil, onde a narrativa populista do governo federal apresentou o STF como inimigo, e não como parte do sistema de freios e contrapesos. A ausência de cooperação entre os poderes gerou um ciclo de desconfiança e deslegitimação, tanto no âmbito institucional quanto na percepção pública, prejudicando a governabilidade. Esse ciclo reforça o risco de erosão democrática, na medida em que as normas e práticas de diálogo interinstitucional se fragilizam.

O argumento de Linz é reforçado por Fukuyama (2014, p. 529), que afirma que a confiança nas instituições é essencial para evitar a deterioração política. No Brasil, crises institucionais, como o inquérito das *fake news*, amplificaram as tensões ao serem interpretadas pelo governo como uma intervenção indevida do STF em suas prerrogativas. Fukuyama (2014) alerta que a legitimidade institucional é essencial para a resiliência da democracia e que, ao enfraquecer a confiança pública nas instituições, como o STF, compromete-se o funcionamento democrático. Essa perda de legitimidade foi observada durante o governo Bolsonaro, com oscilações na aprovação popular do STF, especialmente durante a pandemia de covid-19, quando o STF concedeu autonomia a estados e municípios para implementar medidas sanitárias (Amorim; Tajra, 2020; Vieira, 2020), o que gerou tanto aumento de aprovação quanto críticas do Executivo.

De acordo com dados do Datafolha, em dezembro de 2019, apenas 19% dos brasileiros avaliavam o desempenho do STF como ótimo ou bom, enquanto 39% o classificavam como ruim ou péssimo. No entanto, durante a pandemia de covid-19, a percepção pública da Corte melhorou significativamente. Em maio de 2020, após a decisão que concedeu autonomia a estados e municípios para implementar políticas de combate à pandemia, a aprovação do STF subiu para 30%, enquanto a reprovação caiu para 26%. Essa

mudança evidencia que, em momentos de crise, o STF recuperou parte de sua legitimidade perante a opinião pública. Todavia, com o aumento das tensões entre o Executivo e o Judiciário, a confiança pública na Corte voltou a cair, refletida nos índices de reprovação que subiram levemente para 29% em agosto de 2020, indicando um cenário de oscilação na percepção popular sobre a Corte (DATAFOLHA, 2021).

Por fim, Diamond (1999, p. 65–70) sustenta que a consolidação democrática ocorre quando as instituições conseguem mediar conflitos e manter sua legitimidade, fator essencial para a estabilidade democrática. No entanto, o cenário de polarização extrema no Brasil minou essa função mediadora do STF, que foi constantemente retratado pelo Executivo como um adversário político. Conforme aponta a dissertação de Sade (2021, p. 45–47), a judicialização da política no Brasil intensificou a percepção pública de ativismo judicial, gerando críticas ao STF e fragilizando a independência do Judiciário. Esse contexto de polarização contínua e deslegitimação institucional dificultou o processo de consolidação democrática no país.

2.3 Pluralismo e a erosão do espaço para negociação política

O pluralismo, fundamental para a coexistência de diferentes grupos e ideologias, torna-se vulnerável em tempos de polarização extrema, como observa Moreira (2020, p. 27–31). No contexto brasileiro entre 2019 e 2022, a falta de diálogo e os ataques institucionais minaram o espaço de negociação política, reproduzindo padrões de erosão democrática observados em outros países.

Conforme destaca Moreira (2020, p. 27–31), a ausência de cooperação entre os poderes contribuiu significativamente para a crise institucional. O Executivo intensificou seus ataques ao STF, o que bloqueou mecanismos de negociação previamente utilizados para resolver conflitos. Com uma retórica que questionava sistematicamente a legitimidade das decisões judiciais, o governo transformou o STF em um alvo de desconfiança, exacerbando as tensões e comprometendo qualquer perspectiva de cooperação produtiva entre as instituições.

A crise do pluralismo se aprofundou em eventos como o inquérito das *fake news* e a gestão da pandemia de covid-19. No caso das *fake news*, a decisão do STF de investigar figuras próximas ao governo gerou uma reação forte do Executivo (Verdélío, 2021), que acusou a Corte de extrapolar suas funções. Essa reação enfraqueceu o diálogo institucional, substituído por uma retórica de confronto que retratava o STF como inimigo das liberdades. Em um contexto em que se espera que as instituições mediadoras promovam diálogo, o

Executivo preferiu deslegitimar decisões judiciais, intensificando a polarização.

Durante a pandemia, o STF delegou autonomia a estados e municípios para que implementassem políticas de saúde pública (Richter, 2020), contrariando o Executivo, que minimizava a gravidade da crise (Correio Braziliense, 2020). Essa decisão, essencial para a proteção sanitária, foi utilizada pelo governo para deslegitimar o STF como "obstáculo à governabilidade." Nesse contexto, a polarização afetou as vias tradicionais de negociação entre os poderes, reforçando um ambiente de antagonismo e desconfiança, conforme discutido por Fuks e Marques (2022, p. 570–573).

A teoria da poliarquia de Robert Dahl (2008, p. 17-18), ressalta que a pluralidade de atores políticos é vital para evitar a concentração de poder em um único grupo, assegurando o bom funcionamento de uma democracia competitiva. No entanto, no Brasil, entre 2019 e 2022, o Executivo buscou fragilizar essa pluralidade por meio de ataques ao Judiciário, em especial ao STF, com o objetivo de pressionar as instituições e ampliar sua influência política. Embora não tenha havido uma centralização formal do poder, os constantes ataques desarticularam os mecanismos de diálogo e mediação entre os poderes, criando um ambiente de disputa constante. A ausência de uma cooperação efetiva entre os atores políticos gerou vulnerabilidades que colocaram em risco o equilíbrio democrático, ao passo que o aumento das tensões dificultou a criação de um espaço de deliberação política inclusiva e construtiva. Em vez de diálogo interinstitucional, a dinâmica foi marcada pela pressão e pelo confronto.

Nos sistemas presidencialistas, como o brasileiro, a manutenção do pluralismo e do diálogo institucional é particularmente desafiadora em tempos de crise. Grohmann (2001, p. 85-90) observa que a concentração de poder no Executivo torna as democracias mais suscetíveis a instabilidades, principalmente quando essas crises são agravadas por conflitos políticos ou econômicos. Entre 2019 e 2022, o Brasil enfrentou esse tipo de fragilidade, exacerbada pela escalada da polarização política e pela estratégia confrontacional adotada pelo governo, que limitou o espaço para negociações institucionais produtivas. Esse contexto reforça a ideia de que, em sistemas presidencialistas, a ausência de cooperação interinstitucional e a retórica de confronto podem agravar disputas, comprometendo o equilíbrio entre os poderes e a estabilidade democrática.

Para complementar, a ênfase dada por Moreira (2020, p. 28-31) ao impacto do enfraquecimento do pluralismo, nos sistemas institucionais, nos permite compreender como a ausência de diálogo entre os poderes agrava crises políticas. Ele observa que, quando o confronto substitui o diálogo, as instituições perdem sua capacidade de mediar conflitos de forma eficaz. No Brasil, a ausência de mecanismos sólidos de cooperação entre o Executivo e

o Judiciário resultou em um cenário de funcionamento disfuncional, onde o STF foi retratado não como um mediador institucional, mas como um obstáculo às ações governamentais. Esse processo de deslegitimação, promovido pelo Executivo, comprometeu o funcionamento do sistema de freios e contrapesos, enfraquecendo a coordenação entre as instituições e dificultando a busca por soluções políticas. O efeito foi uma polarização crescente, que corroeu ainda mais o espaço para o diálogo interinstitucional.

2.4 A separação de poderes e os desafios no sistema presidencialista

No sistema presidencialista brasileiro, a separação de poderes é essencial para manter o equilíbrio entre Executivo, Legislativo e Judiciário, limitando a concentração excessiva de poder. Esse equilíbrio, porém, não é estático. Como discutido por Lima e Bôas Filho (2018, p. 190–193), a separação de poderes demanda ajustes constantes para responder às mudanças no contexto sociopolítico. No período de 2019 a 2022, o Brasil passou por uma série de tensões entre os poderes, especialmente entre o Executivo e o Judiciário, o que expôs fragilidades do sistema presidencialista brasileiro ao revelar a falta de uma cooperação eficaz entre os poderes.

Lima e Bôas Filho (2018, p. 190–193) analisam que a busca do Executivo por uma maior centralização de poder intensificou o desequilíbrio entre os poderes, tornando o sistema de freios e contrapesos mais vulnerável a crises de confiança. Durante o governo Bolsonaro, as tensões se manifestaram não apenas em ataques verbais ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas também em ações concretas que questionavam a independência do Judiciário, como na tentativa de interferir em decisões relacionadas à autonomia de estados e municípios durante a pandemia de covid-19. Esses eventos sinalizaram um enfraquecimento da dinâmica interinstitucional e, conforme observam os autores, criaram um ambiente de confronto direto que foi intensificado por discursos polarizadores.

Essa postura do Executivo, ao se apoiar em uma retórica de deslegitimação das decisões judiciais, exemplifica o que Lima e Bôas Filho descrevem como uma “erosão da cooperação interinstitucional”, uma condição que compromete a capacidade do Judiciário de atuar com plena autonomia em um cenário político instável. Essa degradação das relações entre os poderes, além de comprometer o sistema de freios e contrapesos, expôs a fragilidade da separação de poderes, evidenciando a necessidade de mecanismos que garantam a resiliência democrática em períodos de forte polarização.

Grohmann (2001, p. 85-90), ao discutir a separação de poderes em contextos presidencialistas latino-americanos, observa que esses sistemas são particularmente

vulneráveis à concentração de poder no Executivo. No Brasil, essa tendência foi evidente nos conflitos entre Executivo e Judiciário, que não apenas comprometeram a confiança pública no sistema judicial, mas também dificultaram o exercício de sua autonomia. A análise de Grohmann ressalta os desafios enfrentados por sistemas presidencialistas em manter um equilíbrio saudável entre os poderes em momentos de crise, onde a cooperação e a confiança mútua são essenciais para a estabilidade democrática.

Em suma, as tentativas de enfraquecer o STF durante o governo Bolsonaro, por meio de discursos polarizadores e confrontos institucionais, evidenciaram as limitações do sistema de freios e contrapesos brasileiro. Embora o STF tenha mantido sua atuação e resistido às investidas, o presidencialismo forte e a crise de confiança nas instituições expuseram a democracia brasileira a vulnerabilidades diante de pressões autoritárias. Nesse ambiente de confronto interinstitucional, a falta de mecanismos robustos de cooperação prejudicou a dinâmica política, criando um cenário de instabilidade.

2.5 Análise de eventos-chave: decisões do STF sobre Lula, inquérito das *fake news* e gestão da pandemia

A seguir, apresento três estudos de caso que ilustram as tensões institucionais discutidas anteriormente. As subseções 2.5.1–2.5.3 analisam, respectivamente, as decisões do STF sobre o ex-presidente Lula, o inquérito das *fake news* e a atuação da Corte na gestão da pandemia de covid-19, com atenção aos efeitos dessas decisões sobre legitimidade institucional, polarização pública e articulação entre os poderes.

2.5.1 Decisões sobre o ex-presidente Lula

A anulação das condenações do ex-presidente Lula, em 2021, intensificou a polarização política e ofereceu ao Executivo um pretexto para deslegitimar o STF. Ao rotular a decisão como “politizada”, o governo utilizou esse evento para reforçar a narrativa de que o Judiciário atuava como um obstáculo às políticas do Executivo, exacerbando a crise de confiança entre os poderes. Mais do que um episódio isolado, essa decisão refletiu a crescente fragilidade institucional e a deterioração da confiança pública, comprometendo o equilíbrio entre os poderes.

De acordo com Dahl (2008, p. 17-18), a robustez de uma democracia depende de freios e contrapesos eficazes. A reação do Executivo à decisão do STF mostrou uma tentativa de deslegitimação do Judiciário, prejudicando o equilíbrio essencial entre os poderes. Esse episódio também evidenciou o enfraquecimento do pluralismo, conforme analisado por Moreira

(2020, p. 27–31), ao reduzir o espaço de diálogo e aumentar as tensões interinstitucionais. Além disso, como argumenta Diamond (1999, p. 67-70), a consolidação democrática é comprometida quando a confiança na independência das instituições se enfraquece, como aconteceu nesse caso, com o STF sendo alvo de suspeitas de parcialidade.

2.5.2 Inquérito das *fake news*

O inquérito das *fake news* foi um catalisador para a intensificação das tensões entre o Executivo e o Judiciário. A narrativa de censura e perseguição política, utilizada pelo governo federal, foi uma estratégia deliberada para desacreditar o STF e consolidar a ideia de que o Judiciário extrapolava suas funções. Essa retórica mobilizou parte significativa da base governista contra o Judiciário, exacerbando a polarização e limitando o espaço para o diálogo interinstitucional.

Essa dinâmica ilustra o que Linz (1978, p. 25–33) chama de erosão das normas democráticas, quando um poder não reconhece a legitimidade de outro. Em vez de aceitar a intervenção judicial, o Executivo deslegitimou publicamente o STF, corroendo as normas que sustentam a cooperação entre os poderes. Para Dahl (2008, p. 17-18), o sistema democrático exige freios e contrapesos sólidos, mas ao atacar o Judiciário, o Executivo enfraqueceu esse pilar fundamental. David Maciel (2022, p. 44–46) reforça essa análise ao observar que regimes com tendências autoritárias utilizam retórica democrática para enfraquecer instituições. A acusação de que o STF estava ultrapassando suas funções ilustra essa estratégia, minando a confiança pública no Judiciário.

Além disso, conforme Diamond (1999, p. 65–70) aponta, a consolidação democrática requer instituições capazes de moderar conflitos de maneira estável e legítima. No entanto, o inquérito das *fake news* foi interpretado como uma ameaça à democracia, ao invés de uma ação para protegê-la, polarizando ainda mais o cenário político. O enfraquecimento do pluralismo, discutido por Moreira (2020, p. 27–31), é evidente aqui, uma vez que o Executivo retratou o STF como adversário, radicalizando as relações e eliminando o espaço de negociação política.

2.5.3 Gestão da pandemia de covid-19

A decisão do STF de conceder autonomia a estados e municípios na gestão da pandemia de covid-19 (Amorim; Tajra, 2020) marcou um ponto de inflexão nas relações entre o Executivo e o Judiciário. O governo federal utilizou essa medida para reforçar a narrativa de interferência nas suas prerrogativas, intensificando a retórica de deslegitimação do Judiciário. Esse episódio revela como o Executivo explorou a crise para ampliar seu controle político, fragilizar a autoridade do STF e acirrar a polarização, dificultando a cooperação entre os poderes. Embora necessária para garantir a proteção da saúde pública, a intervenção do Judiciário foi usada como pretexto pelo governo para minar a confiança nas instituições e agravar a crise de governabilidade.

Dahl (2008, p. 17-18) observa que o equilíbrio entre os poderes depende da interação saudável entre as instituições, especialmente em tempos de crise. Durante a pandemia, o STF exerceu seu papel de forma a garantir os direitos dos cidadãos, mas o governo federal distorceu essa intervenção, agravando o conflito institucional. Para Diamond (1999, p. 65–70), a cooperação interinstitucional é fundamental para a consolidação democrática, e o enfraquecimento dessa cooperação, provocado pela retórica confrontacional do Executivo, abalou a confiança pública nas instituições e aumentou a instabilidade política.

Maciel (2022, p. 44-46) destaca que regimes autoritários frequentemente utilizam crises para concentrar poder e atacar outras instituições. No caso brasileiro, o governo federal usou a decisão do STF sobre a pandemia para fortalecer o controle centralizado e deslegitimar as ações de estados e municípios respaldadas pela Corte. Nesse processo, o pluralismo político foi comprometido, como aponta Moreira (2020, p. 27-31), pois a capacidade de negociação e convivência entre diferentes opiniões foi substituída por uma retórica de confronto, minando o diálogo e a busca por soluções conjuntas entre os poderes.

3 Considerações finais

As tensões entre o Executivo e o STF, especialmente entre 2019 e 2022, revelaram os desafios que o sistema democrático brasileiro enfrenta. Não obstante, o clima de polarização e a retórica confrontacional adotada pelo Executivo, o Supremo Tribunal Federal manteve-se firme no cumprimento de suas atribuições constitucionais, assegurando sua independência institucional. A análise de eventos-chave, como as decisões sobre o ex-presidente Lula, o inquérito das *fake news* e a gestão da pandemia de covid-19, evidenciou como essas tensões

se intensificaram, mas também destacou a capacidade do STF de resistir às pressões externas e preservar seu papel essencial no equilíbrio de poder.

O constante embate entre o Executivo e o Judiciário comprometeu a cooperação entre os poderes e afetou a estabilidade democrática. A retórica de deslegitimação empregada pelo Executivo não apenas minou a credibilidade das decisões judiciais, mas também exacerbou a percepção de divisão entre as instituições. Entretanto, mesmo diante desse ambiente de hostilidade e desconfiança, o sistema de freios e contrapesos demonstrou resiliência, mantendo a estrutura democrática em funcionamento.

A crise institucional analisada reforça a importância de promover um ambiente mais cooperativo e estável entre os poderes. A polarização extrema demonstrou que a falta de colaboração entre as instituições pode comprometer gravemente a governabilidade. Contudo, o Judiciário brasileiro, ao resistir às tentativas de deslegitimação, reafirmou sua importância na preservação da ordem democrática. Esse contexto aponta para a necessidade de fortalecer os mecanismos de diálogo e mediação entre os poderes, a fim de evitar futuras crises e consolidar as bases democráticas.

Um aspecto emergente nas recentes tensões entre o Legislativo e o Judiciário pode ser explicado pelo domínio político exercido por determinado grupo no Executivo durante o governo entre 2019 e 2022. Esse grupo, que anteriormente controlava o Executivo, passou a dominar setores estratégicos do Legislativo após a transição de poder. A transferência do conflito entre os poderes reflete uma continuidade do projeto de poder, que antes se concentrava no Executivo e agora se desloca para o Legislativo. Essa influência política persistente tem alimentado a polarização e as tensões institucionais.

Essa hipótese representa uma área promissora para futuras pesquisas, ao explorar como o controle de diferentes grupos políticos no Legislativo pode intensificar o conflito interinstitucional, especialmente após a mudança no controle do Executivo. A análise da evolução desse novo eixo de tensão entre Legislativo e Judiciário pode oferecer insights valiosos sobre as dinâmicas de poder e a resiliência institucional no Brasil.

Embora o STF tenha demonstrado firmeza no cumprimento de suas funções constitucionais, não se pode ignorar que as pressões exercidas pelo Executivo geraram impactos no ambiente institucional. O clima tenso e confrontacional influenciou as relações entre os poderes, e, embora o Supremo tenha mantido a integridade de suas decisões, não está imune às influências políticas que permeiam o sistema. Como instituição central em uma democracia, o STF não opera em um vácuo, e o confronto prolongado com o Executivo inevitavelmente afeta, em algum grau, o equilíbrio entre a independência judicial e as dinâmicas políticas que o cercam.

Referências

AMORIM, F.; TAJRA, A. STF dá poder a estados para atuar contra covid-19 e impõe revés a Bolsonaro. **UOL**, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/15/stf-tem-4-votos-a-favor-de-autonomia-de-governadores-durante-a-pandemia.htm>. Acesso em: 12 ago. 2025.

BEHNKE, E. Bolsonaro chama Moraes de “canalha” e diz que não cumprirá suas decisões. **Poder360**, 7 set. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-governo/governo/bolsonaro-chama-moraes-de-canalha-e-diz-que-nunca-sera-presos/>. Acesso em: 24 out. 2024.

MESMO infectado, Bolsonaro continua minimizando pandemia de covid-19. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 jul. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/07/08/interna_politica,870278/mesmo-infectado-bolsonaro-continua-minimizando-pandemia-de-covid-19.shtml. Acesso em: 12 ago. 2025.

DAHL, R. A. **Polyarchy: Participation and opposition**. Londres: Yale University Press, 2008. DATAFOLHA. **Pesquisa Nacional**. São Paulo: Datafolha, 2021. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2021/09/24/avali24968insti94782congress8472.pdf>. Acesso em: 5 out. 2024.

DIAMOND, L. **Developing democracy: Toward consolidation**. Baltimore: JHU press, 1999. FUKS, M.; MARQUES, P. H. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, [s. l.], v. 28, n. 3, p. 560–593, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/SCmKT44FzwmGMp6jtBZ3Dfk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2025.

FUKUYAMA, F. **Political Order and Political Decay: From the Industrial Revolution to the Globalization of Democracy**. [s. l.]: Farrar, Straus and Giroux, 2014.

G1. Bolsonaro ataca Alexandre de Moraes e diz que não cumprirá mais decisões do ministro do STF. São Paulo: **G1**, 7 set. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/09/07/bolsonaro-ataca-alexandre-de-moraes-e-diz-que-ministro-tem-tempo-para-se-redimir-ou-se-enquadra-ou-pede-para-sair.ghtml>. Acesso em: 24 out. 2024.

GROHMANN, L. G. M. A separação de poderes em países presidencialistas: a América Latina em perspectiva comparada. **Revista de Sociologia e Política**, [s. l.], n. 17, p. 75–106, 2001. DOI: <https://doi.org/10.5380/rsp.v17i0.3598>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3598>. Acesso em: 18 ago. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. Brazil: Bolsonaro Threatens Democratic Rule. **Human Rights Watch**, 15 set. 2021. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2021/09/15/brazil-bolsonaro-threatens-democratic-rule>. Acesso em: 24 out. 2024.

LIMA, F. R. S.; VILLAS BÔAS FILHO, O. **Separação dos poderes na modernidade: uma releitura sistêmica**. Curitiba: Juruá, 2018.

LINZ, J. J. **The Breakdown of Democratic Regimes**. Baltimore: Johns Hopkins University

Press, 1978.

MACIEL, D. Democracia e autocracia hoje. **Revista Brasileira de História**, [s. l.], v. 42, n. 90, p. 35–51, 2022.

MOREIRA, M. S. Democracias no século XXI: causas, sintomas e estratégias para superar sua crise. **Lua nova: revista de cultura e política**, [s. l.], n. 111, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-0035/111>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/ZWqZBqWKH5Mk5kP6SgvwKcT/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2025.

RICHTER, A. STF: estados e municípios podem fazer ações contra covid-19 sem União. **Agência Brasil**, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2020-04/stf-estados-e-municipios-podem-fazer-acoes-contr-covid-19-sem-uniao>. Acesso em: 12 ago. 2025.

SADE, R. G. A separação de Poderes e o sistema de freios e contrapesos e a atuação do Poder Judiciário no Brasil. 2021. 54f. Dissertação (Graduação em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/28969>. Acesso em: 18 ago. 2025.

VERDÉLIO, A. Bolsonaro entra com ação no STF questionando inquérito das fake news. **Agência Brasil**, 20 ago. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2021-08/bolsonaro-entra-com-acao-no-stf-questionando-inquerito-das-fake-news>. Acesso em: 12 ago. 2025.

VICTOR, N. STF decide que Estados e municípios têm autonomia para impor isolamento. **Poder360**, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/stf-decide-que-estados-e-municipios-tem-autonomia-para-impor-isolamento/>. Acesso em: 24 out. 2024.

VIEIRA, A. Decisão do STF sobre isolamento de estados e municípios repercute no Senado. **Senado Federal**, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/16/decisao-do-stf-sobre-isolamento-de-estados-e-municipios-repercute-no-senado>. Acesso em: 12 ago. 2025.

Data de submissão: 11 de dezembro de 2024

Data de aceite: 26 de março de 2025